



Concessionária Rodovia MG050 S.A.

CNPJ nº 08.822.767/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SE-TO P"). A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaipava - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. **AB Concessões S.A.:** A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia México e Porto Rico. A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

1. Destaques do ano de 2022: A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2022 aumentou 13,7%, em relação ao ano de 2021, alcançando R\$ 180.984 mil. A receita líquida no ano de 2022 foi de R\$ 183.701 mil (+13,3%). O tráfego da Companhia em 2022 foi de 24.954 mil de eixos equivalentes¹, volume 3,0% maior que o tráfego registrado no ano de 2021. O EBITDA ajustado² em 2022 foi de R\$ 127.448 mil (+31,0%).

2. Desempenho Operacional: O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizadas na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades litorâneas e rodovia.

3. Desempenho Econômico-Financeiro:

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
Receita operacional líquida	327.892	100,0%	222.515	100,0%	105.377	47,4%
Custo dos serviços prestados	(320.186)	-97,6%	(227.500)	-102,2%	(92.686)	40,7%
Lucro bruto	7.706	2,4%	(4.985)	-2,2%	12.691	-254,6%
Recargas (despesas) operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(20.037)	-6,1%	(18.656)	-8,4%	(1.381)	7,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	79	0,0%	239	0,1%	(160)	-66,9%
Lucro antes do resultado financeiro	(12.252)	-3,7%	(23.402)	-10,5%	11.150	-47,6%
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	14.095	4,3%	4.951	2,2%	9.144	184,7%
Despesas financeiras	(69.772)	-21,3%	(63.859)	-28,7%	(5.913)	9,3%
	(53.677)	-17,0%	(58.908)	-26,5%	3.231	-5,5%
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(67.292)	-20,7%	(82.310)	-37,0%	14.381	-17,5%
Imposto de renda e contribuição social						
contribuição social - diferidos	31.293	9,5%	7.526	3,4%	23.767	315,8%
Lucro (prejuízo) do período	(36.036)	-11,2%	(74.784)	-33,6%	38.748	-51,0%
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	(27,49)		(64,36)		37	-57,3%

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	180.984	100,0%	159.193	100,0%	21.791	13,7%
Outras receitas	18.767	10,4%	17.033	10,7%	1.734	10,2%
Receita de serviços de construção	144.191	79,7%	60.425	38,0%	83.766	138,6%
Receita bruta	343.942	190,0%	236.651	148,7%	107.291	45,3%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	(8.759)	-4,8%	(7.704)	-4,8%	(1.055)	13,7%
PIS	(1.298)	-0,7%	(1.145)	-0,7%	(153)	13,4%
COFINS	(5.993)	-3,3%	(5.287)	-3,3%	(706)	13,4%
Receita líquida	327.892	181,2%	222.515	139,8%	105.377	47,4%
Receita líquida (excluindo receita de construção)	183.701	100,0%	162.090	100,0%	21.611	13,3%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 162.090 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 183.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) o aumento de 2,97% do tráfego em eixos equivalentes em 2022 em relação a 2021; e ii) o reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +11,76% a partir de 13 de junho de 2022. **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 18.656 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 20.037 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA excluindo provisão para manutenção de rodovias.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação, básico e diluído - em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		Nota	2022	2021	
Ativos/Circulantes				Passivos e Patrimônio Líquido/Circulantes				Receita Operacional Líquida				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.179	158.737	Debitamentos	8	42.763	5.649	Receita de serviços prestados	15	327.892	222.515	Prejuízo do exercício			(36.636)	(74.784)
Contas a receber de clientes	5	9.548	8.958	Passivo de arrendamento		553	713	Custo dos serviços prestados	16	(320.186)	(227.500)	Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais:				
Contas a receber do Poder Concedente	5	1.729	1.631	Fornecedores	9	41.127	32.147	Lucro (prejuízo) Bruto		7.706	(4.985)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(31.293)	(7.526)	
Impostos a recuperar		3.540	753	Fornecedores partes relacionadas	6	909	87	Recargas (Despesas) Operacionais				Amortização	7	16	239	
Outros ativos		1.414	1.071	Obrigações sociais e trabalhistas	4	4.569	4.026	Despesas gerais e administrativas	16	(20.037)	(18.656)	Juros sobre debêntures	17	53.197	52.783	
Total dos Ativos Circulantes		93.410	171.150	Obrigações fiscais	10	3.165	2.342	Outras receitas operacionais, líquidas	16	79	239	Provisão para manutenção e investimentos	11	39.812	51.335	
Não Circulantes				Obrigações para manutenção e investimentos	11	74.446	79.573	Total		(19.958)	(18.417)	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12	16	3.052	
Outros ativos		10.369	9.329	Outras contas a pagar		2.706	2.235	Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		(12.252)	(23.402)	Outras contas a pagar			112.078	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	141.293	110.000	Total dos Passivos Circulantes		170.238	126.772	Resultado Financeiro				Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Depósitos e bloqueios judiciais	12	18.897	21.811	Não Circulantes				Receitas financeiras	17	14.095	4.951	Contas a receber de clientes e o poder concedente			(688)	(2.348)
Total do Realizável a Longo Prazo		170.559	141.140	Debitamentos	8	381.676	398.619	Despesas financeiras	17	(69.772)	(63.859)	Impostos a recuperar e outros ativos			(4.376)	(851)
Direito de uso		771	1.265	Passivo de arrendamento		218	630	Total		(55.677)	(58.908)	Depósitos e bloqueios judiciais			2.914	4.774
Intangível	7	751.339	652.043	Obrigações fiscais	10	—	2.130	Resultado antes dos Impostos		(67.929)	(82.310)	Fornecedores			12.414	1.008
Ativo contratual	7	116.468	149.723	Obrigações para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12	65.206	64.653	Imposto de Renda e Contribuição Social				Obrigações sociais e trabalhistas			822	(186)
Total dos Ativos não Circulantes		868.578	803.031	Obrigações para manutenção e investimentos	11	72.288	84.520	Prejuízo do Exercício	13	31.293	7.526	Obrigações fiscais			544	282
Total dos Ativos		1.039.137	944.171	Total dos Passivos não Circulantes		525.173	556.337	Prejuízo por Ação Básico e Diluído - R\$	18	(27,49)	(64,36)	Provisão para manutenção - pagamento	11	(60.122)	(23.889)	
Total dos Passivos		1.132.547	1.115.321	Patrimônio Líquido				Demonstrações dos Resultados Abrangentes				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	12	(2.499)	(7.925)	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Capital social	14	845.448	821.448	Resultado Abrangente Total do Exercício		(36.636)	(74.784)	Outras contas a pagar			820	
Capital social		7.401	7.401	Reservas de capital	14	7.401	7.401	DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS				Caixa aplicado nas atividades operacionais			(52.400)	(43.028)
Reservas de capital		—	—	Prejuízos acumulados		(415.713)	(396.637)	Receitas				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Prejuízos acumulados		—	—	Total do Patrimônio Líquido		437.136	432.212	Receita de arrecadação com pedágio	15	180.983	159.193	Aquisição de intangível	7	19	(132.210)	(58.189)
Total do Patrimônio Líquido				Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		1.132.547	1.115.321	Receita de construção	15	144.191	60.425	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(132.210)	(58.189)
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido								Outras receitas - contraprestação pecuniária	15	17.767	17.033	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				

arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada, dos quais constam previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 para os próximos anos (2023 a 2025), conforme segue: • Duplicações ao longo da rodovia: 16,63 km (em negociação na TA-08); • Implantação de marginais: 6,1 km; • Correções de traçado ao longo da rodovia: 12,05 km; • Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: 22,09 km; • Implantação/Reformulação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 28 um; • Passagens superiores, inferiores e passarelas: 10 um; Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 31/12/2022, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 433.251 e de R\$ 151.695 (R\$ 538.958 e de R\$ 175.220 em 31/12/2021) referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas e segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 11. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será em função do Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com o Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão. **Capital Circulante negativo:** Em 31/12/2022, o passivo circulante supera o ativo circulante pelo montante de R\$ 76.828. No exercício, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que seus compromissos fossem honrados e nenhum covenant financeiro fosse quebrado. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia contará com o aporte de capital de sua controladora. **2. Base de apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaipava - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 06/03/2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificadas além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$ 1.568 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
Despesas com serviços de conservação, manutenção e operação de rodovia	(55.754)	16,4%	(42.123)	17,1%	(13.631)	32,4%
Despesas de amortização	(83.945)	24,7%	(78.530)	31,9%	(5.415)	6,9%
Despesas com prestadores de serviços	(28.007)	8,2%	(21.492)	8,7%	(6.515)	30,3%
Despesas com empregados	(20.035)	5,9%	(17.688)	7,2%	(2.347)	13,3%
Despesas com materiais e equipamentos	(2.792)	0,8%	(2.237)	0,9%	(555)	24,8%
Custos com construção	(144.191)	42,4%	(60.425)	24,6%	(83.766)	138,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.052)	0,9%	(21.828)	8,9%	18.776	-86,0%
Reembolso com seguro	1.040	-0,3%	720	-0,3%	320	44,4%
Despesas com seguro	(869)	0,3%	(724)	0,3%	(145)	20,0%
Outras despesas gerais e administrativas	(2.618)	0,8%	(1.829)	0,7%	(789)	43,1%
Outras receitas	79	0,0%	239	-0,1%	(160)	-66,9%
Total	(340.144)	100,0%	(245.917)	100,0%	(94.227)	38,3%
Custo dos serviços prestados	(320.185)	94,1%	(227.500)	92,5%	(92.685)	40,7%
Despesas gerais e administrativas	(20.037)	5,9%	(18.656)	7,6%	(1.381)	7,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	79	0,0%	239	0,1%	(160)	-66,9%
Total	(340.143)	100,0%	(245.917)	100,0%	(94.226)	38,3%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2022
--	------

★ continuação

estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras; (d) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundo do Contrato de Concessão. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: **2.1. Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contista a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: (i) mensurado ao custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretroativa como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros para fins de avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso ao balanço a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transferem o risco de caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses; • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contistas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desapearimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro

é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2 Ativo Intangível:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de "Ativo Intangível" da concessão para ativo contratual (Nota Explicativa nº 7). A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição aérea em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída. **2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios finais em 31/12/2022 e 2021. **2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributações lançadas pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **2.5 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construída de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.8 Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis prestabelecidos de utilização, quando aplicáveis, e dívidas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.9 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de contraprestação pecuniária:** Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apoiado por meio dos boletins de medição de serviço prestado durante a construção, em comparação com os custos de construção aprovados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura. No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 144.191 (R\$ 60.425 em dezembro de 2021), e custo de construção nos mesmos valores. **Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. **2.10 Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações de capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. **2.11 Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte aquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. **2.12 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com informações suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela administração, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** **a) Novas normas:** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que

entraram em vigor a partir de 1/01/2022 e concluiu que não houve impacto relevante nas Demonstrações Financeiras - Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) - Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020; - Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). **b) Normas vigentes a partir de 01/01/2023:** A série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8) - IFRS 17 Contratos de Seguro - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12). **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021	
Caixa e contas bancárias	9.360	8.802	
Aplicações financeiras (a)	3.153	902	
Total	74.026	157.835	
(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas, basicamente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 97,22% em 31/12/2022 (96,26% em 31/12/2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 5. Contas a receber de clientes e do Poder Concedente:	77.179	158.737	
Total	1.729	1.631	
Pedágio eletrônico	9.360	8.802	
Cupons de pedágio	188	156	
Total	9.548	8.958	
Contraprestação pecuniária (a)	11.277	10.589	
Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente	11.277	10.589	
(a) Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão. Os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperada com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA. O "aging list" das contas a receber está assim representado:	2022	2021	
Total	11.277	10.589	
6. Partes relacionadas: As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:	2022	2021	
Saldos patrimoniais			
Passivo circulante			
Fornecedores	909	87	
AB Concessões S.A. (a)	909	87	
Total	1.818	174	
Passivo não circulante			
Dividendos a pagar	5.785	5.785	
AB Concessões S.A.	5.785	5.785	
Total	11.277	10.589	
Transações			
Custos e despesas	6.407	1.037	
AB Concessões S.A. (a)	6.407	1.037	
Total	6.407	1.037	
(a) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso trimestral dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeitos a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31/12/2022 e de R\$ 2.621 (R\$ 2.353 em dezembro de 2021), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.	2022	2021	
Salários	1.959	1.718	
Encargos	513	498	
Outros benefícios	149	137	
Total	2.621	2.353	
7. Ativo contratual e intangível da concessão: A movimentação é como segue:			
	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso de software	Total
Saldos em 31/12/2020	1.156.204	828	1.157.032
Adições	67.564	3	67.567
Saldos em 31/12/2021	1.223.768	831	1.224.599
Adições	126.464	241	126.705
Saldos em 31/12/2022	1.350.232	1.072	1.351.304
	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso de software	Total
Saldos em 31/12/2020	(344.300)	(695)	(344.995)
Amortização	(77.780)	(58)	(77.838)
Saldos em 31/12/2021	(422.080)	(753)	(422.833)
Amortização (b)	(65.645)	(42)	(65.687)
Transferências	(4.977)	-	(4.977)
Saldos em 31/12/2022	492.702	795	493.497
Saldos em 31/12/2021	801.688	77	801.766
Saldos em 31/12/2022	867.530	277	867.807
Taxa média de amortização (a.a.)	7,15%	6,74%	
	2022	2021	
Ativo intangível	751.339	652.043	
Ativo contratual	116.466	149.723	
Total ativo da concessão	867.807	801.766	
(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados". (b) O montante de R\$ 65.687 refere-se a: (i) despesa de amortização no montante de R\$ 83.945, reconhecido no resultado, conforme nota explicativa nº 16 e (ii) reversão de R\$ 17.560 reconhecido em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores. Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01 (RFR) 112 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificadas nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Em 31/12/2022 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R\$ 116.468 (R\$ 149.723 em 31/12/2021). A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment nos ativos intangíveis em 31/12/2022.			

2022. A Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2022.

9. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores de serviços de construção	38.216	29.908
Fornecedores operacionais	2.911	2.239
Total	41.127	32.147

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia.

10. Obrigações fiscais:

	2022	2021
Programa de integração social - PIS e COFINS	1.370	906
Programa de integração social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras (a)	-	2.130
Impostos sobre serviços - ISS	1.256	1.059
Outros	539	377
Total obrigações fiscais	3.165	4.472
Circulante	3.165	2.342
Não circulante	-	2.130

(a) A Companhia impetrou Mandado de Segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais realizados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 12. Em 14/10/2022 o processo relativo à discussão judicial sobre a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras transitou em julgado, mantendo a exigibilidade dos tributos questionados pela Companhia. As obrigações fiscais foram liquidadas com os referidos depósitos judiciais com a conversão em renda a favor da União. **11. Provisão para manutenção e investimentos:** A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, sendo ajustada a valor presente à taxa de 12,62% a.a. em 2022 (10,61% a.a. em 2021). A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31/12/2020	66.714	65.417	132.131
Constituição da provisão	54.210	9.346	63.556
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(12.087)	(3.193)	(15.280)
Realização da provisão	(23.889)	(1.637)	(25.526)
Ajuste a valor presente	3.470	5.742	9.212
Saldos em 31/12/2021	88.418	75.765	164.093
Saldos em 31/12/2021	88.418	75.765	164.093
Constituição da provisão	48.599	20.507	69.106
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(5.963)	(18.226)	(24.189)
Realização da provisão	(60.122)	(17.556)	(77.678)
Ajuste a valor presente	8.153	7.249	15.402
Saldos em 31/12/2022	79.085	67.649	146.734
Circulante	55.857	23.716	79.573
Não circulante	32.561	51.959	84.520
Total em 31/12/2021	88.418	75.765	164.093
Circulante	56.628	17.818	74.446
Não circulante	22.457	49.831	72.288
Total em 31/12/2022	79.085	67.649	146.734

O consumo da provisão é estimado conforme abaixo:

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5F18-E407-8B28-2E8F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5F18-E407-8B28-2E8F



Hash do Documento

O871jrUhIVKuUD6COBBjWNU0Q2IDveDBB5V6Q9ywXGQ=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 10/04/2023 17:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

